

# SUMÁRIO

.....

## PARTE I

### LEI DO CRIME ORGANIZADO (LEI N. 12.850/13)

<b>Capítulo 1 – ESCORÇO NORMATIVO .....</b>	<b>25</b>
1. Contextualização histórico-legal .....	25
2. Quadro sinótico .....	28
3. Lei n. 12.850/13: definição de organização criminosa .....	34
4. Quadro sinótico .....	39
<b>Capítulo 2 – CONCEITUAÇÃO LEGAL .....</b>	<b>41</b>
1. Conceito de organização criminosa .....	41
2. Quadro sinótico .....	44
<b>Capítulo 3 – ESPECIFICIDADES .....</b>	<b>45</b>
1. Características das organizações criminosas .....	45
2. Quadro sinótico .....	48
3. Aplicação extensiva da Lei n. 12.850/13 .....	48
4. Crimes em espécie na Lei de Organização Criminosa .....	52
5. Quadro sinótico .....	57
<b>Capítulo 4 – PENA E EFEITOS DA CONDENAÇÃO .....</b>	<b>59</b>
1. Causa de aumento de pena .....	59
2. Circunstância agravante: comando da organização criminosa ....	61

3. Demais causas de aumento de pena: art. 2º, § 4º, I a V .....	62
4. Afastamento cautelar de funcionário público envolvido .....	67
5. Perda do cargo, função, emprego ou mandato eletivo .....	68
6. Índícios da participação policial em organizações criminosas ...	71
7. Cumprimento de pena em estabelecimentos de segurança máxima .....	72
8. Impedimento de progressão e benefícios prisionais .....	73
9. Causas de aumento/diminuição de pena de leis correlatas ...	73

## **Capítulo 5 – OBSTRUÇÃO DE JUSTIÇA (EMBARAÇAMENTO DE INVESTIGAÇÃO) .....**

1. Quadro sinótico .....	77
2. Do crime de “obstrução de justiça” (embaraçar investigação) .	77
3. Exemplos de obstrução de justiça .....	79
4. Análise do tipo penal (sujeitos, objeto, classificação) .....	79
5. Previsão normativa internacional e jurisprudência do STF ....	82
6. Obstrução de Justiça x coação no curso do processo .....	85
7. Obstrução de Justiça x fraude processual .....	86
8. Obstrução de Justiça x exploração de prestígio .....	86
9. Obstrução de Justiça e prisão preventiva .....	87
10. Quadro sinótico .....	89

## **Capítulo 6 – COLABORAÇÃO PREMIADA .....**

1. Da investigação e meios de obtenção da prova .....	91
2. “Colaboração judicial” na Itália: origens do instituto .....	92
3. “Colaboração premiada” nos Estados Unidos da América .....	99

---

4. Delação e colaboração premiadas: origens e evolução .....	102
5. Quadro sinótico de normas correlatas .....	107
6. Delação e colaboração premiadas: diferenças .....	107
7. Colaboração Premiada: natureza jurídica .....	113
8. Negócio jurídico processual .....	114
9. Pressupostos de validade da colaboração premiada .....	124
10. Meio de obtenção de prova .....	125
11. Início das tratativas para formalização do acordo .....	129
12. Do sigilo sobre os termos do acordo .....	130
13. Do indeferimento sumário das negociações .....	134
14. Termo de Confidencialidade (NDA) .....	134
15. Instrução no acordo de colaboração premiada .....	136
16. Assistência jurídica .....	137
17. Da não participação judicial nas negociações .....	139
18. Colaboração premiada ordinária: requisitos .....	140
19. Quadro sinótico sobre Colaboração premiada ordinária .....	142
20. Colaboração premiada privilegiada (ou especial): requisitos .....	142
21. Quadro sinótico: colaboração premiada privilegiada .....	145
22. Cláusulas gerais orientativas da decisão .....	145
23. Momentos e legitimados para formalização do acordo .....	148
24. Quadro sinótico .....	151
25. Competência judicial para homologação do acordo .....	151
26. Quadro sinótico .....	153
27. Juízo de regularidade, legalidade e voluntariedade .....	154

28. Benefícios legais decorrentes da colaboração premiada .....	160
29. Direito subjetivo do colaborador aos benefícios pactuados .	162
30. Postergação de oferta da denúncia/suspensão processo .....	171
31. Princípio da Corroboração (valor probante das declarações) ...	171
32. Consequências jurídicas da não celebração do acordo .....	172
33. Vedação de impugnação por terceiros delatados .....	176
34. Recusa na homologação judicial .....	178
35. Recurso cabível contra recusa na homologação .....	179
36. Retratação do acordo e não autoincriminação .....	180
37. Direito do delatado de se manifestar após o colaborador ....	182
38. Medidas vedadas por lei com base na colaboração .....	184
39. Da não vedação de medidas cautelares probatórias .....	185
40. Rescisão do acordo de colaboração .....	189
41. Retratação, rescisão e anulação: diferenças .....	190
42. Direito de arrependimento após a homologação judicial .....	193
43. Direitos do colaborador .....	194
44. Termo de acordo de colaboração premiada: conteúdo .....	195
45. Disposições finais sobre colaboração premiada .....	197
<b>Capítulo 7 – Ação Controlada .....</b>	<b>199</b>
1. Da ação controlada: conceito .....	199
2. Amplitude da ação controlada x flagrante esperado .....	200
3. Procedimento da ação controlada .....	203
4. Desnecessidade de autorização judicial .....	203

---

<b>Capítulo 8 – Ação Controlada .....</b>	<b>207</b>
1. Infiltração de Agentes e ação controlada .....	207
2. Quadro sinótico .....	209
3. Entrega vigiada: modalidade de ação controlada .....	209
4. Ação controlada: exceção à prisão em flagrante .....	211
5. Pressupostos e requisitos da ação controlada .....	212
6. Quadro sinótico sobre ação controlada .....	213
7. Ação controlada na Lei de Lavagem de dinheiro .....	214
<b>Capítulo 9 – Infiltração de agentes .....</b>	<b>215</b>
1. Infiltração de agentes ( <i>undercover agent</i> ): conceito .....	215
2. Natureza jurídica da infiltração de agentes .....	221
3. Procedimento de infiltração .....	222
4. Requisitos para a infiltração .....	223
5. Quadro sinótico sobre infiltração policial .....	228
6. Infiltração virtual policial .....	228
7. Competência em relação aos delitos virtuais .....	233
8. Espécies de infiltração .....	233
9. Quadro sinótico: espécies de infiltração .....	234
10. Fases da infiltração .....	234
11. Responsabilidade Penal do Infiltrado .....	235
12. Infiltração da Lei n. 11.343/06 (Lei Antidrogas) .....	237
13. Quadro sinótico: infiltração nas leis especiais .....	238
14. Caráter complementar da infiltração .....	238

15. Infiltração policial no ECA e crimes sexuais .....	239
16. Infiltração policial e sigilo .....	244
17. Infiltração policial e flagrante .....	246
18. Validade dos elementos colhidos na infiltração policial .....	246
19. Agente infiltrado e agente provocador .....	247
20. Quadro sinótico: diferenças .....	248
21. Outras normas que admitem infiltração policial .....	248
22. Infiltração policial e coexistência com outros instrumentos ...	249
23. Direitos do agente infiltrado .....	250

## **Capítulo 10 – Captação Ambiental .....** 251

1. Captação ambiental: constitucionalidade .....	251
2. Captação ambiental: natureza jurídica .....	252
3. Captação, interceptação e escuta ambientais: conceitos ...	254
4. Procedimento de captação ambiental .....	258
5. Nova sistemática normativa da captação ambiental .....	259
6. Quadro sinótico: nova sistemática da captação ambiental ...	261
7. Captação ambiental em locais públicos .....	261
8. Mídias digitais: Youtube, Instagram, TikTok etc. ....	264
9. Artigo 28 da Lei n. 13.869/19 .....	266
10. Quadro sinótico: captação ambiental .....	267

## **Capítulo 11 – Acesso a registros telefônicos e dados cadastrais ...** 269

1. Acesso a registros telefônicos e dados cadastrais .....	269
2. Da requisição judicial de registros de internet: Lei 12.965/14 ...	273

---

3. Obtenção de dados de localização: Google e Facebook .....	274
4. Acesso à “bilhetagem” .....	277
5. Acesso a “ERBs” (estações rádio-base) .....	281
6. Quadro sinótico .....	282
<b>Capítulo 12 – Interceptação telefônica .....</b>	<b>283</b>
1. Interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas ...	283
2. Requisitos e procedimento da interceptação telefônica ....	285
3. Perícia de confronto de voz .....	290
4. Desnecessidade de juntada de transcrições integrais .....	293
5. Prorrogação da interceptação telefônica .....	295
6. Fundamentação <i>per relationem</i> .....	299
7. Interceptação telefônica x sigilo de profissão .....	300
8. Interceptação telefônica executada pelo Ministério Público ...	304
9. Interceptação e compartilhamento: validade .....	306
10. Incompetência de jurisdição: validade da interceptação ....	308
11. ADI 4145: inconstitucionalidade da Resolução 59/08 do CNJ ...	309
12. O encontro fortuito de provas (princípio da serendipidade) ....	310
13. Interceptação de mensagens de aplicativos: whatsapp .....	315
14. Necessidade de preservação da cadeia de custódia .....	319
15. Acesso às mensagens por decisão judicial de busca e apreensão .....	320
16. Autorização do proprietário do aparelho .....	320
17. Atendimento de chamada durante prisão: legalidade .....	322
18. Espelhamento de whastapp web .....	323

<b>Capítulo 13 – Interceptação telemática .....</b>	<b>327</b>
1. Interceptação telemática (de e-mails) .....	327
2. Acesso a E-mails corporativos .....	329
<b>Capítulo 14 – Quebra de sigilos financeiro, bancário e fiscal ....</b>	<b>337</b>
1. Afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal .....	337
2. Conceito de informações financeiras, bancárias e fiscais ...	338
3. Tratamento normativo do sigilo bancário .....	338
4. Autoridades fiscais e sigilo: tema 225 do STF .....	342
5. CPIs: poder para decreto de quebra de sigilo bancário .....	344
6. Ministério Público: vedação à quebra de sigilo bancário .....	347
7. (COAF) e MP: compartilhamento de informações sigilosas ....	349
8. MP: acesso direto em caso que envolva dinheiro público ....	350
9. Crime de quebra ilegal de sigilo bancário .....	350
10. Requisitos para quebra de sigilos bancário, financeiro e fiscal .....	351
<b>Capítulo 15 – Cooperação .....</b>	<b>353</b>
1. Cooperação entre instituições .....	353
2. Crimes ocorridos na investigação e obtenção da prova .....	356
3. Artigo 18 da Lei n. 12.850/13 .....	358
4. Artigo 19 da Lei n. 12.850/13 .....	360
5. Artigo 20 da Lei n. 12.850/13 .....	362
6. Artigo 21 da Lei n. 12.850/13 .....	363
7. Rito procedimental da Lei n. 12.850/13 .....	366
8. Lei n. 12.850/13 e cabimento da prisão preventiva .....	368



9. Sigilo da investigação criminal (art. 23 da LCO) .....	371
10. Direito à prévia vista dos autos por 3 dias .....	377
11. Organização criminosa x associação criminosa .....	377
12. Quadro sinótico: associação criminosa .....	381
13. Organização criminosa: fatiamento de denúncias .....	382
14. Lei n. 12.694/12 – julgamento colegiado .....	382
15. Tipos de julgamentos afetos à Lei n. 12.694/12 .....	387

## PARTE II

### LEI DE LAVAGEM DE DINHEIRO (LEI FEDERAL N. 9.613/98)

<b>Capítulo 16 – Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei Federal n. 9.613/98) .....</b>	<b>395</b>
1. Origem histórica da Lavagem de dinheiro .....	395
2. <i>Nomen iuris</i> .....	398
3. Conceito .....	399
4. Lavagem de dinheiro em cadeia .....	401
5. Finalidade legislativa com o crime de lavagem .....	401
6. Leis n. 9.613/98 (2ª geração) e 12.683/12 (3ª geração) .....	402
<b>Capítulo 17 – Normatização internacional .....</b>	<b>407</b>
1. Convenção de Viena .....	407
2. Declaração da Basileia .....	408
3. Convenção de Estrasburgo .....	410
4. Convenção de Palermo .....	411
5. Convenção de Mérida .....	412

<b>Capítulo 18 – Normatização brasileira .....</b>	<b>415</b>
1. Normatização administrativa do tema .....	415
2. Bem jurídico tutelado: correntes doutrinárias .....	436
3. Lavagem de capitais e rol aberto ( <i>numerus apertus</i> ) .....	438
4. Classificação do Crime de Lavagem .....	443
5. Características do Crime de Lavagem .....	449
6. Conflito intertemporal de leis .....	450
<b>Capítulo 19 – Tipos de Lavagem .....</b>	<b>451</b>
1. Tipos da Lavagem .....	451
2. Etapas (fases) da Lavagem .....	451
3. <i>Placement</i> (colocação) .....	452
4. <i>Layering</i> (dissimulação) .....	452
5. <i>Integration</i> (integração) .....	455
<b>Capítulo 20 – Sujeito ativo e tipificação da autolavagem .....</b>	<b>459</b>
1. Sujeito Ativo .....	459
2. Autolavagem .....	459
3. Tipo objetivo .....	461
<b>Capítulo 21 – Tipos penais extensivos .....</b>	<b>465</b>
1. Tipo penal extensivo – art. 1º, par. 1º, da Lei .....	465
2. Art. 1º, par. 1º, I, da Lei n. 9.613/98 .....	465
3. Art. 1º, par. 1º, II, da Lei n. 9.613/98 .....	466
4. Art. 1º, par. 1º, III, da Lei n. 9.613/98 .....	467
5. Art. 1º, par. 2º, I, da Lei n. 9.613/98 .....	468

---

6. Art. 1º, par. 2º, II, da Lei n. 9.613/98 .....	469
<b>Capítulo 22 – Aumento da pena e elemento subjetivo do tipo ....</b>	<b>475</b>
1. Causa de aumento de pena .....	475
2. Causa de diminuição de pena .....	477
3. Tipo subjetivo: dolos direto e eventual .....	480
<b>Capítulo 23 – Hipóteses mais comuns de Lavagem .....</b>	<b>489</b>
1. Fracionamento, estruturação ou <i>smurfing</i> .....	489
2. <i>Commingling</i> (mescla) .....	495
3. Contrabando de dinheiro (espécie) .....	498
4. Doleiros .....	498
5. Empresas de fachada e empresas fantasmas (fictícias) .....	502
6. <i>Offshore</i> (paraísos fiscais) .....	504
7. Aquisição de imóveis/móveis Ativos ou instrumentos monetários .....	511
8. Negociação fraudulenta de imóveis/móveis .....	512
9. Testas de ferro ou laranjas .....	513
10. Transferência de valores monetários .....	515
11. Lavagem de dinheiro na negociação de jogadores de futebol ...	515
12. Subfaturamento de notas fiscais de produtos .....	515
13. Doações .....	515
14. Faturamento falso em nota fiscal de serviço .....	517
15. Lotéricas (bilhetes premiados) .....	517
16. Evasão de Divisas e Sonegação fiscal .....	518

<b>Capítulo 24 – Competência e procedimento .....</b>	<b>523</b>
1. Competência: <i>ratione materiae</i> e <i>ratione loci</i> .....	523
2. Procedimento processual especial .....	526
<b>Capítulo 25 – Infração penal antecedente e responsabilização ...</b>	<b>531</b>
1. Art. 2º, II – independência da infração penal antecedente ....	531
2. Tríplice responsabilidade: criminal, civil e administrativa ...	538
<b>Capítulo 26 – Consumação e concurso de pessoas .....</b>	<b>543</b>
1. Consumação delitiva e tentativa ( <i>conatus</i> ) .....	543
2. Concurso de pessoas .....	545
3. Norma penal mista .....	546
<b>Capítulo 27 – Apontamentos específicos .....</b>	<b>549</b>
1. Lavagem de dinheiro e ação controlada .....	549
2. Lavagem de dinheiro: cabimento de prisão preventiva .....	552
3. Lavagem de Dinheiro e Bem de família .....	555
4. Lavagem de Dinheiro e Lei Complementar 105/01 .....	556
5. Suspensão do processo: art. 366 do CPP .....	558
6. Citação por hora certa: art. 362 do CPP .....	560
7. Fiança, Liberdade Provisória e Apelo em liberdade .....	561
8. Medidas Assecuratórias .....	563
9. Princípios e procedimento .....	564
10. <i>Fumus boni iuris</i> e <i>periculum in mora</i> .....	566
11. Sequestro .....	566
12. Embargos .....	571

---

13. Busca e apreensão .....	573
14. Arresto .....	575
15. Especialização e registro da hipoteca legal .....	576
16. Recurso contra o indeferimento de medidas assecuratórias ....	578
17. Bens em nome do investigado/acusado ou terceiros .....	580
18. Inversão do ônus da prova para liberação de bens .....	581
19. Comparecimento pessoal do acusado nos pedidos de restituição .....	583
20. Alienação antecipada de bens .....	584
21. Ação controlada .....	591
22. Administração dos bens .....	593
23. Efeitos da condenação .....	596
24. Bens provenientes de crimes praticados no estrangeiro .....	601
25. Obrigações dos operadores financeiros (arts. 9º a 11) .....	606
26. COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras .....	613
27. Constitucionalidade no compartilhamento de informações ....	619
28. Disposições gerais .....	621
29. Compliance e a lavagem de capitais .....	623
29.1 Conceito de <i>compliance</i> .....	624
29.2 Pilares e objetivos do <i>compliance</i> .....	626
29.3 <i>Compliance</i> criminal .....	627
29.4 <i>Compliance</i> na Lei n. 9.613/98 .....	632
29.5 Formas de concretização do <i>compliance</i> criminal ....	634
29.6 Autonomia da política de <i>compliance</i> .....	638
29.7 Julgados do STJ sobre <i>compliance</i> .....	641

30. Jurisprudência temática do STJ: crime de lavagem de capitais .....	645
31. Jurisprudência temática do STJ: colaboração premiada .....	655
<b>Bibliografia .....</b>	<b>671</b>